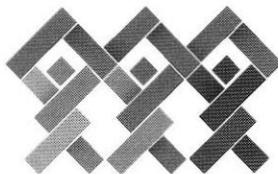


TERMO DE REFERÊNCIA

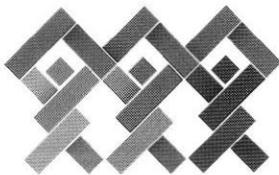
1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços, do tipo menor preço, visando à Futura Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais e Equipamentos para atender as necessidades da Cozinha Industrial da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vargem Grande/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

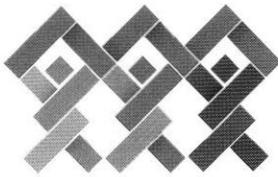
Nº	ITEM	UNID	QUANT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Panela de pressão com capacidade para 20 litros, polida de Alumínio de alta qualidade, tampa com fechamento externo, trava de segurança e asas baquelite e resistentes.	Unidade	15	R\$ 5,16	R\$ 77,40
02	Liquidificador industrial em aço inox com capacidade para 8 litros, com trava de segurança e base antiderrapante.	Unidade	4	R\$ 1.004,88	R\$ 4.019,52
03	Liquidificador industrial em aço inox com capacidade para 10 litros, com trava de segurança e base antiderrapante.	Unidade	3	R\$ 1.230,67	R\$ 3.692,01
04	Caçarola SUPER com tampa Nº 65 (diâmetro 55cm, altura 22cm, Volume 52 litros, espessura 5,0 mm)	Unidade	20	R\$ 184,77	R\$ 3.695,40
05	Caçarola SUPER com tampa Nº 70 (diâmetro 60 cm < altura 26 cm, volume 73 litros, espessura 5,0 mm)	Unidade	25	R\$ 198,94	R\$ 4.973,50
06	Caçarola SUPER com tampa Nº 55 (diâmetro 55cm, altura 22cm, Volume 52 litros, espessura 5,0 mm)	Unidade	20	R\$ 196,91	R\$ 3.938,20
07	Multiprocessador com capacidade para 1,2 litros, potência de 900 W, 220V.	Unidade	2	R\$ 486,27	R\$ 972,54
08	Batedeira Planetária, Dimensões (AxLxC): 31x37,2x32,2 cm, 220V, Corpo plástico, tigelas de plástico e batedores em aço inox, Capacidade Volumétrica da Tigela: 4L.	Unidade	2	R\$ 758,63	R\$ 1.517,26
09	Caixa Térmica com capacidade para 45 litros, feita em polietileno de alto impacto, isolamento térmico em espuma poliuretano, dreno prático e de alta resistência, tampa articulada com dobradiças que guardam com segurança o conteúdo interno, alças articuláveis fáceis de levantar e de transportar.	Unidade	150	R\$ 172,48	R\$ 25.872,00
10	Caixa Térmica com capacidade para 20 litros, feita em polietileno de alto impacto, isolamento térmico em espuma	Unidade	30	R\$ 92,38	R\$ 2.771,40



11	Garrafa Térmica com capacidade para 12 litros, produzida com material não tóxico e reciclável, bocal grande que facilita a colocação de gelo e líquidos, pés retráteis, conservação de líquidos frios e quentes por até 10 horas, isolamento térmico com espuma de PU (poliuretano), livre de CFC, estrutura resistente revestimento interno com manta térmica de alto desempenho, sistema de servir : botão.	unidade	150	R\$ 62,70	R\$ 9.405,00
12	Caixa plástica vazada com capacidade para 40 litros, feita em polietileno. (Para recebimentos das frutas e hortaliças)	Unidade	100	R\$ 83,60	R\$ 8.360,00
13	Tabua de polietileno nas dimensões 36x53cm, fabricado em plástico(polietileno) atóxico impermeável e de fácil higienização	Unidade	40	R\$ 28,99	R\$ 1.159,60
14	Colher para caldeirão côncavo em polietileno, cabo inox grande 8x50 cm	Unidade	30	R\$ 19,54	R\$ 586,20
15	Colher côncava para caldeirão, polietileno, cor: branca,60cm.	Unidade	10	R\$ 20,90	R\$ 209,00
16	Garfo bidente inox 34 cm	Unidade	10	R\$ 26,29	R\$ 262,90
17	Lixeira plástica com tampa e pedal com capacidade para 50 litros	Unidade	6	R\$ 122,07	R\$ 732,42
18	Lixeira plástica branca com tampa e pedal com capacidade para 100 litros	Unidade	10	R\$ 252,27	R\$ 2.522,70
19	Termômetro digital infravermelho com mira laser (-50° a 380°C)	Unidade	2	R\$ 205,67	R\$ 411,34
20	Termômetro digital tipo espeto (- 50° a 300° C)	Unidade	3	R\$ 52,25	R\$ 156,75
21	Tabuleiro assadeira antiaderente retangulares nas dimensões 48 x 34 cm	Unidade	30	R\$ 153,42	R\$ 4.602,60
22	Escorredor industrial para macarrão com capacidade para 21 litros, em aço inox, diâmetro de 48 cm, com alça.	Unidade	5	R\$ 163,87	R\$ 819,35
23	Palletes de plástico com superfície vazada que confere características antiderrapante, permita o escoamento de líquidos, aeração e atende normas da Anvisa, nas dimensões 100 x 120 x 15 cm	Unidade	10	R\$ 61,70	R\$ 617,00
24	Caixa organizadora plástica com tampa, capacidade para 45 litros, translúcida no formato anatômico e dispositivos de fixação para um melhor fecho da tampa.	Unidade	50	R\$ 133,18	R\$ 6.659,00
25	Caixa organizadora plástica com tampa, capacidade para 30 litros, translúcida no formato anatômico e dispositivos de fixação para um melhor fecho da tampa.	Unidade	30	R\$ 122,40	R\$ 3.672,00
26	Balde plástico com tampa, capacidade para 60 litros, cesto e tampa injetados em plástico polipropileno, com alças ergonômicas e de alta resistência, cores	Unidade	10	R\$ 77,54	R\$ 775,40



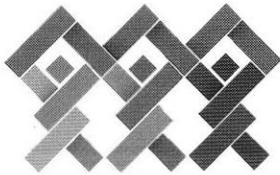
	variadas.				
27	Chaira em aço inox, 39 cm	Unidade	5	R\$ 142,97	R\$ 714,85
28	Faca para corte de carne, lâmina em aço inox 12 com fio liso, cabo plástico branco, 09 polegadas.	Unidade	50	R\$ 29,67	R\$ 1.483,50
29	Faca para corte de pão, lâmina em aço inox com fio serrilhado, cabos de polipropileno, 17 cm.	Unidade	30	R\$ 8,43	R\$ 252,90
30	Papeiro reforçado nº16 alumínio polido, cabo em polipropileno, resistente a altas temperaturas, capacidade de 1,300 litros	Unidade	15	R\$ 30,34	R\$ 455,10
31	Luva térmica para cozinha, cano longo para forno e fogão, produzida com material térmico que protege de altas temperaturas, temperatura máxima suportada: 225°C interno 100% poliéster e externo 100% algodão metalizado, tamanho : 25cmx15cm: 28cm, unidade por kit: 02.	Unidade	10	R\$ 61,70	R\$ 617,00
32	Forno combinado, fabricado em aço inox de alta qualidade, oito modos de cocção e painel de controle, projetado para assar, grelhar, gratinar e cozer lentamente seus alimentos no vapor. Capacidade GN's: 11 Gn's 1/1, N° Refeições: 550 aproximadamente, Tensão (V): 220 / 380, Corrente (A): 50/30, Potência Instalada (kW ¹ ou Kcal/h ²): 18,6, Consumo energia (kW/h ¹ ou kg/h ²): 13, Pressão entrada água (Kgf/cm ²): 0,8-2, Método de Instalação: Chão / Cavalete, Cordão de alimentação: Tipo Y, Altura: 1160 mm, Largura: 850 mm, Profundidade: 860 mm, Altura com cavalete: 1905 mm.	Unidade	1	R\$ 915,50	R\$ 915,50
33	Freezer Horizontal dupla ação, capacidade líquida de 419 litros, design arredondado, 02 portas, gabinete externo e interno em aço zincado e pré-pintado com esmalte poliéster, porta balanceada, leve e fácil de abrir, rodízios para facilitar a locomoção e fechadura de segurança, dreno frontal que dispensa o deslocamento para o degelo e termostato para a regulação da temperatura, ecologicamente correto, não contém CFC, não agride a camada de ozônio.	Unidade	4	R\$ 4.535,83	R\$ 18.143,32



34	Geladeira/Refrigerador 04 portas, indicado para conservação e estocagem de alimentos e produtos resfriados. Sua temperatura varia de +2 à +8 °C, construído em aço inox. Volume de 675 litros, portas com fechamento automático, pés reguláveis para pisos desnivelados e controlador digital de degelo automático.	Unidade	1	R\$ 8.703,83	R\$ 8.703,83
35	Pá para caldeirão reforçada, polietileno, 90 cm.	Unidade	20	R\$ 62,37	R\$ 1.247,40
36	Bacia plástica com capacidade para 35 litros, cores variadas.	Unidade	20	R\$ 21,92	R\$ 438,40
37	Bacia plástica com capacidade para 12 litros, cores variadas.	Unidade	10	R\$ 15,84	R\$ 158,40
38	Balde plástico com capacidade para 12 litros, cores variadas.	Unidade	20	R\$ 11,81	R\$ 236,20
39	Jarras plástica com tampa de material resistente capacidade 2l	Unidade	30	R\$ 12,49	R\$ 374,70
40	Jarras plástica com tampa de material resistente capacidade 3l	Unidade	30	R\$ 18,14	R\$ 544,20
41	Prato de vidro	Unidade	30	R\$ 8,43	R\$ 252,90
42	Colher (sopa) alumínio	Unidade	50	R\$ 3,71	R\$ 185,50
43	Garfo alumínio	Unidade	50	R\$ 3,71	R\$ 185,50
44	Faca de cerra alumínio	Unidade	50	R\$ 3,71	R\$ 185,50
45	Ralador de legumes em aço inox	Unidade	10	R\$ 31,35	R\$ 313,50
46	Descascador de legumes lâmina inox	Unidade	10	R\$ 4,99	R\$ 49,90
47	Peneira grande em aço inox	Unidade	10	R\$ 57,31	R\$ 573,10
48	Mesa de manipulação em aço inox Tamanho: 1800mm x 600mm x900mm	Unidade	1	R\$ 1.804,33	R\$ 1.804,33
49	Mangote de proteção, específico para trabalho em Cozinhas Industriais, confeccionado em tecido especial retardante a chamas, próprio para ambiente que exige proteção térmica com exposição a calor irradiado, vapor e respingos quentes.	Unidade	20	R\$ 193,22	R\$ 3.864,40
50	Fogão industrial, 04 bocas, de alta pressão.	Unidade	2	R\$ 2.849,33	R\$ 5.698,66
Valor Total					R\$ 139.879,08

3.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.



3.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

3.4 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2020, contados a partir da data de sua assinatura prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

4 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Justifica-se a presente aquisição, em virtude das necessidades de equipar o reabastecimento do estoque no almoxarifado, para posterior equipação da cozinha industrial da secretaria de educação mediante requisição dos Materiais, permitindo o atendimento da previsão para atender a demanda junto a Secretaria de Educação Municipal, proporcionando assim a continuidade e a ampliação na prestação dos serviços públicos essenciais ao Município de Vargem Grande/MA

5 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bens considerados comuns de uso geral, conforme Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1 O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, contados do(a) a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa (*única ou parcelada*), no seguinte endereço indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

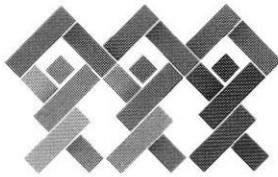
6.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- 7.1.2** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

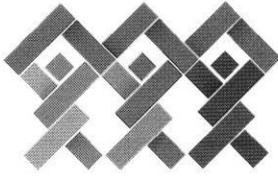
8.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.1.1** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA



10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

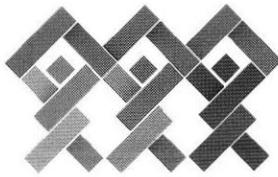
12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.





I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

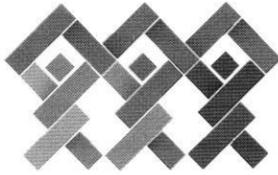
14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15 A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

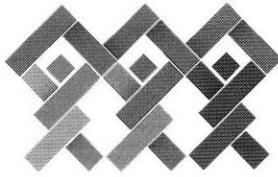
15.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.



16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 16.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 16.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 16.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 16.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
 - 16.1.5 cometer fraude fiscal;
- 16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 16.2.2 multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (dias) dias;
 - 16.2.3 multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 16.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 16.2.5** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 16.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 16.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
 - 16.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3 As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



- 16.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 17.1 **O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.**

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

Vargem Grande/MA, 01 de Março de 2021.


Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência